

ELEIÇÕES

Segurança vira eixo de Lula

Ao mirar a campanha pelo quarto mandato, o presidente reposiciona o combate ao crime como eixo eleitoral: condiciona novo ministério à PEC e a mais recursos, amplia cooperação com os EUA e defende maior papel da União no combate às facções

» FERNANDA STRICKLAND
» IAGO MAC CORD

Em um movimento claro de construção antecipada de narrativa para a disputa presidencial de 2026, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva afina o discurso e reposiciona a segurança pública como eixo central da estratégia eleitoral, ao articular uma reorganização estrutural da política nacional, ao condicionar a criação de um ministério a mudanças constitucionais e orçamentárias e ampliar, simultaneamente, a cooperação internacional no combate ao crime organizado e ao narcotráfico.

Nessa proposta, na última semana, Lula afirmou que encaminhou informações ao presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, com o objetivo de estimular uma cooperação direta entre os dois países no enfrentamento ao crime organizado e ao narcotráfico.

Segundo Lula, os materiais enviados foram preparados por diferentes órgãos brasileiros e incluem dados estratégicos para as investigações. "Mandei material preparado pela minha Receita Federal, pela Polícia Federal, mandei as empresas, mandei os cinco navios que estão presos aqui", declarou em entrevista ao portal UOL.

O presidente relatou, ainda, ter apresentado um caso específico às autoridades norte-americanas. "Disse: essa pessoa mora em Miami. Se quiser combater o crime organizado, pode começar a me entregar esses. Mandei fotografia da casa e endereço", afirmou.

Para aprofundar o diálogo, Lula adiantou que pretende levar uma comitiva à próxima viagem aos Estados Unidos, composta pelo ministro da Justiça, o diretor-geral da Polícia Federal, o secretário da Receita Federal e o procurador-geral da República. "Se quiser combater o crime organizado e o narcotráfico, o Brasil está aqui na linha de frente", disse, ao defender uma atuação coordenada.

O movimento externo ocorre em paralelo a uma inflexão interna no discurso presidencial sobre segurança pública. Na sexta-feira, durante agenda em Salvador, Lula condicionou a criação do Ministério da Segurança Pública à aprovação, pelo Congresso Nacional, da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública e à garantia de um novo desenho orçamentário para o setor.

Na avaliação do presidente, não é possível estruturar uma política nacional sem recursos efetivos. Lula criticou o atual modelo de financiamento e afirmou que o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) dispõe de apenas R\$ 2 bilhões, valor considerado insuficiente para uma política de escala nacional.

"Eu quero aprovar essa PEC para mudar a cara da segurança pública nesse país e que o governo federal não seja apenas um repassador de pequeno recurso. O governo federal só tem R\$ 2 bilhões no fundo de segurança pública", exaltou à TV Aratu, em Salvador.

A declaração marcou um "afunilamento" no discurso: a nova passata deixa de ser uma promessa política abstrata e passa a ser vinculada diretamente ao orçamento,



“

Embora não seja nova, a adoção dessa cooperação como parte mais efusiva da política externa brasileira reforça e intensifica o foco do governo federal no combate ao crime organizado”

Henrique Attuch, criminalista

novo, para que a gente possa colocar dinheiro de verdade, para melhorar a vida dos policiais, para melhorar a inteligência da polícia e para a gente poder fazer o combate da fronteira à capital", reafirmou.

Pesquisa de opinião

No campo político, o governo trata o tema como estratégico para 2026. Pesquisas como a do Datafolha indicam que a segurança pública já é o segundo tema mais importante para os brasileiros, atrás apenas da saúde, o que transforma o tema em ativo central na disputa eleitoral.

Apesar disso, a tramitação enfrenta resistências, com governadores de estados como Goiás, São Paulo, Minas Gerais e de parte da região Sul que se opõem à

ampliação do protagonismo da União. Na Câmara dos Deputados, a PEC está sob relatoria do deputado Mendonça Filho (União-PE), e o governo critica alterações que reforçaram a autonomia estadual e impuseram restrições ao uso de recursos federais para estruturas como a Força Nacional e as Forças Integradas de Combate ao Crime Organizado (FICCOs).

"Quem não concorda são os estados que não querem que o governo federal tenha qualquer intervenção. Goiás, São Paulo, Minas Gerais não quiseram. Mas a PEC é para dizer o seguinte: o governo federal está disposto a participar ativamente em parceria com o governo dos estados na questão da segurança pública", explicou o presidente.

A fala de Lula ocorreu durante a entrega de equipamentos do Novo PAC Saúde, em Salvador, quando o governo anunciou o maior pacote de investimentos em saúde da história da Bahia. Foram divulgados R\$ 815 milhões para a compra de 2.100 veículos para transporte de pacientes, incluindo 107 ambulâncias do Samu, 32 unidades odontológicas móveis, 575 kits de teleassistência e R\$ 170 milhões para novos tomógrafos.

No discurso, Lula também fez críticas simbólicas à gestão anterior, ao afirmar que "houve um tempo em que era mais bonito vender armas do que livros", em referência ao que chamou de "ufologia da arma", que, segundo ele, contribuiu para o fortalecimento do crime organizado.

"Esse país chegou a um tempo em que era mais bonito vender armas do que vender livros. Se fazia a ufológia da arma como se cada um de nós tivesse uma arma e isso fosse a salvação. Essas armas iam cair na mão do bandido ou do crime organizado", disse.

Cooperação histórica

Na avaliação do criminalista Henrique Attuch, do escritório Wilton Gomes Advogados, a iniciativa internacional não representa uma ruptura na estratégia

brasileira, mas a intensificação de mecanismos já existentes. Ele destaca que Brasil e Estados Unidos mantêm um histórico consolidado de cooperação jurídica e policial, com interlocução entre instituições como Polícia Federal, FBI, DEA e o Departamento de Segurança Nacional.

No campo da inteligência, Attuch lembra ações conjuntas envolvendo ABIN, CIA e NSA no combate a crimes transnacionais, com atenção especial à tríplice fronteira — região que concentra sanções do Escritório de Controle de Ativos Estrangeiros (OFAC) contra pessoas e empresas na América do Sul.

"Embora não seja nova, a adoção dessa cooperação como parte mais efusiva da política externa brasileira reforça e intensifica o foco do governo federal no combate ao crime organizado", afirma.

O especialista avalia que o atual mandato tem sido marcado por ações consistentes contra organizações criminosas. Entre os exemplos está a operação Carbono Oculto, que atingiu o núcleo financeiro do Primeiro Comando da Capital (PCC).

Além disso, operações como Disclosure, Compliance Zero e Sem Desconto — conduzidas com atuação coordenada de agências policiais, Ministério Públíco Federal, Procuradoria-Geral da República, Receita Federal, Comissão de Valores Mobiliários e Controladoria-Geral da União — demonstram uma estratégia voltada também à desarticulação de esquemas que impactam diretamente a economia popular.

Attuch ressalta que muitas dessas investigações tiveram origem em períodos anteriores, mas observa um aumento da repressão durante a atual gestão.

Pilares

Para ampliar a efetividade das investigações, o advogado aponta que o governo já dispõe de estruturas de integração, como a Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Ativos (ENCLCA), que reúne polícias estaduais, Ministérios Públicos, órgãos de controle e a Polícia Federal com foco na asfixia financeira das organizações.

Outra medida considerada estratégica seria ampliar as atribuições da Polícia Federal por meio da criação de unidades com maior poder investigativo voltadas ao combate a grupos de perfil mafioso — proposta defendida pelo promotor Lincoln Gakya, do GAECO-SP, e pelo advogado Walfrido Warde.

A expectativa, segundo Attuch, é consolidar um compromisso governamental mais robusto contra a criminalidade organizada, com efeitos concretos para a população. Indicadores como a realização de grandes operações são vistos como provas da capacidade do Estado de reagir.

O principal obstáculo, contudo, permanece na retomada do controle de áreas onde o crime já se consolidou — não apenas em centros urbanos, mas também em píeríodos e até em órgãos públicos, inclusive de investigação penal, onde facções exercem forte influência.